



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10903 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 13 - Educação de Jovens e Adultos

**EJA-EPT, ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Guilherme Brandt de Oliveira - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

### **EJA-EPT, ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

A presente investigação, parte de pesquisa de doutorado em processo de realização, tem por objetivo realizar um levantamento da produção científica acumulada em dissertações e teses e em trabalhos apresentados nas reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) acerca da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) em sua interface com os prismas da Economia Solidária e do Empreendedorismo. Apesar de mais conhecida como PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), concordamos com Dante Henrique Moura, que, no 3º Encontro Nacional da EJA-EPT (2020), afirmou que “O êxito do PROEJA significa negar-se, ou seja, o PROEJA enquanto programa precisa ter êxito pra que ele possa se negar enquanto programa e se consolidar enquanto política pública”. Desta maneira, por uma opção política, daremos preferência ao uso da sigla EJA-EPT.

A modalidade está inserida no que FRANZÓI *et al.* (2010, p. 168) chamam de um “campo de estudo teórico-metodológico interdisciplinar, nascido da confluência da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos”. Já NÓBILE e MOURA (2019, p. 10) destacam que é um “campo teórico novo, imbricado nas políticas de Educação de Jovens e Adultos e das de Educação Profissional – duas modalidades de ensino que caminhavam, historicamente, separadas”.

O interesse no tema da inserção da Economia Solidária e do Empreendedorismo em

cursos de EJA-EPT surge a partir da observação empírica de uma insuficiente discussão acerca destes prismas nas instituições de educação profissional. Nestas, com efeito, é perceptível uma significativa aceitação da concepção restrita de “trabalho” enquanto “emprego” e, cada vez mais, da inserção do empreendedorismo. Há espaços de críticas e de resistências, é certo, mas mesmo estes carecem do aprofundamento que os temas merecem.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, propõe-se a ser mais que uma mera soma ou sobreposição de conteúdos de formação geral e formação profissional. Buscando reconstituir a integralidade da formação humana nos marcos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, traz os saberes historicamente associados ao trabalho sem renunciar aos saberes legitimados pela academia, tendo a clareza de que ambos são patrimônio de toda a humanidade, uma vez que por ela construídos, e devem ser, assim, direito de todos. Sua oferta chegou a ser interdita no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a edição do decreto 2.208/1997, sendo novamente autorizada pelo decreto 5.154/2004, já no governo Lula. Depois, no ano de 2005, foi publicado o decreto 5.478, que instituiu o então chamado “Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos”, o qual, após pouco mais de um ano, foi substituído pelo decreto 5.840/2006, que ampliou o programa e lhe conferiu sua nomenclatura atual. Este movimento normativo deu início à institucionalização da EJA-EPT, a qual tem sua semente em ações ligadas a movimentos sindicais, como o Projeto Integrar, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores. A oferta de EJA-EPT pode se dar tanto através de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) que se integrem ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio; quanto de cursos técnicos de nível médio integrados ao Ensino Médio.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerada uma modalidade da Educação Básica (BRASIL, 2000, p. 26), traz para dentro das instituições de ensino sujeitos que, permeados por experiências de vida e de trabalho, carregam consigo saberes constituídos nos territórios e que, com tais experiências, influenciam “os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo” (THOMPSON, 2002, p. 13). Em se tratando das instituições de Educação Profissional, a entrada do público da EJA traz uma série de especificidades: de acordo com FRANZÓI *et al.* (2010, p. 177), não se trata de um estudante idealizado, de um jovem que virá a ser técnico, mas sim de um “trabalhador concreto que almeja uma formação técnica para melhorar sua condição em relação ao trabalho, já presente na maioria das situações há muito tempo em sua vida”.

Um desafio que se apresenta de forma bastante particular à EJA-EPT é a necessidade de crítica e questionamento da forma assalariada do trabalho. O próprio Documento-Base do PROEJA afirma que “O atual momento de crise da ordem moderna impõe o desafio de pensar novas formas de relação com o trabalho, novas alternativas de sobrevivência que não passem,

necessariamente pelo assalariamento” (BRASIL, 2007, p. 13). No entanto, tal negação do assalariamento, por si só, não é necessariamente algo positivo, uma vez que a reestruturação da ordem capitalista é capaz de propor novas formas de exploração dos trabalhadores e apropriação de suas subjetividades – como o Empreendedorismo, no qual se pressupõe que “o trabalhador proporcionaria sua própria inserção econômica por intermédio do desenvolvimento de novos mercados e da criação de empresas” (LIMA, 2008, p. 16). Nesta concepção, propõe-se que seja moldado nos sujeitos um determinado perfil, um comportamento empreendedor que, proclamando valores aparentemente emancipadores (“empoderamento”, “liderança”, “protagonismo”, etc.), tem, na sua essência, uma perspectiva individualista, que transfere a cada um a responsabilidade por sua situação, reforçando a lógica da manutenção da subalternidade. Concordamos que “O discurso sobre o empreendedorismo, embebido de valores liberais, prima por ocultar as causas dos problemas sociais, apresentando-os, inclusive, como desafios a serem superados com iniciativa e proatividade individual” (COAN, 2017, p. 13).

Em oposição a isto, é fundamental a disputa por uma formação humana integral, que traga consigo relações que tenham como centralidade os interesses dos trabalhadores. É neste ínterim que emerge, como possibilidade de confrontação, a Economia Solidária, compreendida como o conjunto das iniciativas associativas nas quais o trabalho, a propriedade dos meios de operação, os resultados econômicos, o conhecimento sobre o funcionamento do empreendimento e o poder de decisão são compartilhados por todos que delas participam (CRUZ, 2006, p. 69). O Documento Final da I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária (BRASIL, 2006c, p. 15) propugna a importância da organização de redes de colaboração solidárias e de práticas pedagógicas que estejam aptas a fortalecer uma “organização dos trabalhadores e trabalhadoras em torno de um projeto econômico-social que privilegia a valorização do trabalho (e não do capital)”, além de destacar a importância destes processos na medida em que eles denunciam a exploração do trabalho na sociedade capitalista ao mesmo tempo que anunciam novas formas de sociabilidade e de produção da vida.

As pesquisas sobre a EJA-EPT situam-se em um marco temporal bastante recente, assim como é recente o programa que instituiu a modalidade. Assim, estudos de revisão acerca do tema fazem-se necessários para seguir na construção do conhecimento. De acordo com VOSGERAU e ROMANOWSKI (2014, p. 167), “Os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área”.

Nosso primeiro levantamento foi realizado ao longo dos meses de setembro e outubro de 2021 no Banco de Dissertações e Teses da Capes com a palavra-chave “PROEJA” (temos a clareza de que este termo é mais popularizado, de forma que preferimos usá-lo na busca). Tivemos como retorno o resultado de 477 relatórios de pesquisa, sendo 393 dissertações e 84 teses. No entanto, ao longo da sistematização, identificamos que havia trabalhos que não versavam efetivamente sobre o tema. Assim, das 393 dissertações: 2 foram excluídas por

falarem de outro programa também intitulado PROEJA que não o alvo deste estudo; 2 por mencionarem o Documento-Base como referência bibliográfica, mas não terem como objeto de estudo o PROEJA; 2 por mencionarem o termo PROEJA, mas aparentar ser outro programa; 29 por não fazerem referência a PROEJA no título, resumo ou palavras-chave; 1 por não fazer referência a PROEJA no título (neste caso, o resumo e as palavras-chave não estavam disponíveis); e 1 por ser repetida. Das 84 teses, 2 foram excluídas por não fazerem referência a Proeja no título, resumo ou palavras-chave. Desta maneira, temos, ao fim, 356 dissertações e 82 teses.

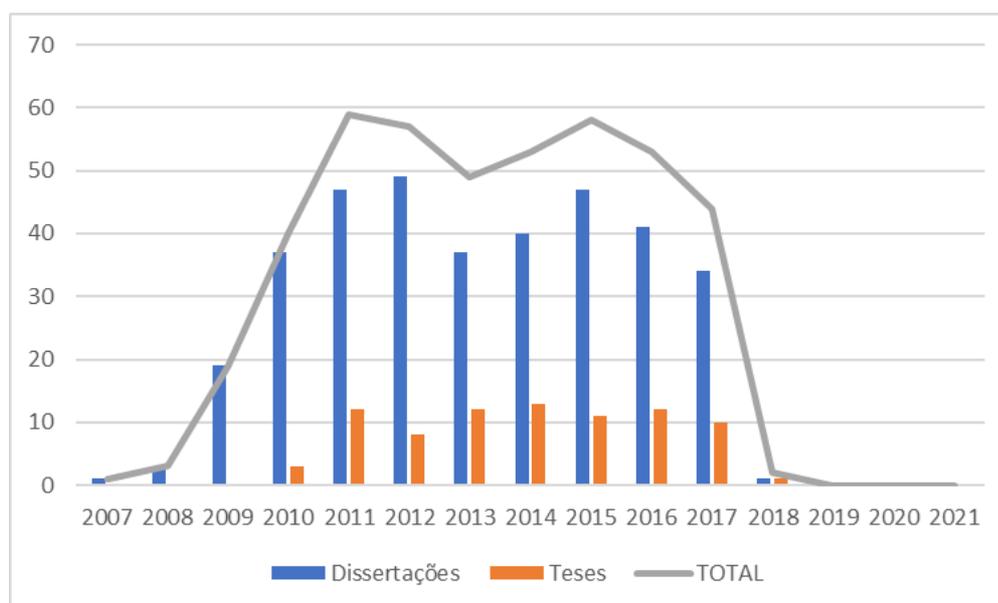


FIGURA 1 – Gráfico de teses e dissertações sobre PROEJA por ano de produção

Podemos observar que o franco crescimento, com pico de teses e dissertações no ano de 2011, acompanhou o fomento governamental dado através do Edital Proeja-Capes/Setec nº 03/2006, que tinha por objetivo estimular projetos de pesquisa para “a formação de recursos humanos pós-graduados em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área” (BRASIL, 2006b).

Com a leitura dos resumos das pesquisas localizadas, identificamos duas que tratam do tema da Economia Solidária e às quais nos detivemos em um olhar mais atento. A dissertação de SILVA (2016) intitulada “Economia Solidária como Instrumento para o Desenvolvimento no PROEJA do Piauí” é um relatório de pesquisa no qual o curso analisado não possui o prisma da Economia Solidária, mas onde o autor defende que passe a haver um componente curricular específico para abordar a temática. Este trabalho fala em uma educação que “ofereça uma sociabilidade que supere a lógica da competição e individualismo para uma de cooperação e solidariedade” (p. 102), mas trata como objetivo principal da Economia Solidária potencializar a inserção dos estudantes no mercado frente à escassez de empregos, de forma que seria necessária uma “ampliação das capacidades dos sujeitos em criar e

inventar o próprio trabalho” (p. 104) o que, em nossa análise, representa mais uma conformação ao sistema capitalista do que uma crítica a este, aproximando-se sobremaneira da concepção do empreendedorismo. Também há a dissertação “PROEJA FIC Pesca: A experiência da formação Profissional Integrada ao Ensino Fundamental pela ótica dos estudantes pescadores e demais trabalhadores”, de LIMA (2016), onde se aponta que, apesar de também não abordar em seu currículo a Economia Solidária, os alunos entrevistados tiveram despertado a partir do curso o interesse da criação de uma cooperativa de trabalho associado e autogestionário (p. 146). Não encontramos nenhuma dissertação ou tese que tivesse como foco a interlocução da EJA-EPT com o empreendedorismo.

Em novembro de 2021, foi realizado, no sítio eletrônico da ANPEd, levantamento referente às produções acerca da EJA-EPT nos Grupos de Trabalho 09 (Trabalho e Educação) e 18 (Educação de Pessoas Jovens e Adultas) apresentadas nas reuniões nacionais entre os anos de 2007 e 2021. Neste recorte, foi possível localizar 1 minicurso, 5 pôsteres e 27 trabalhos.

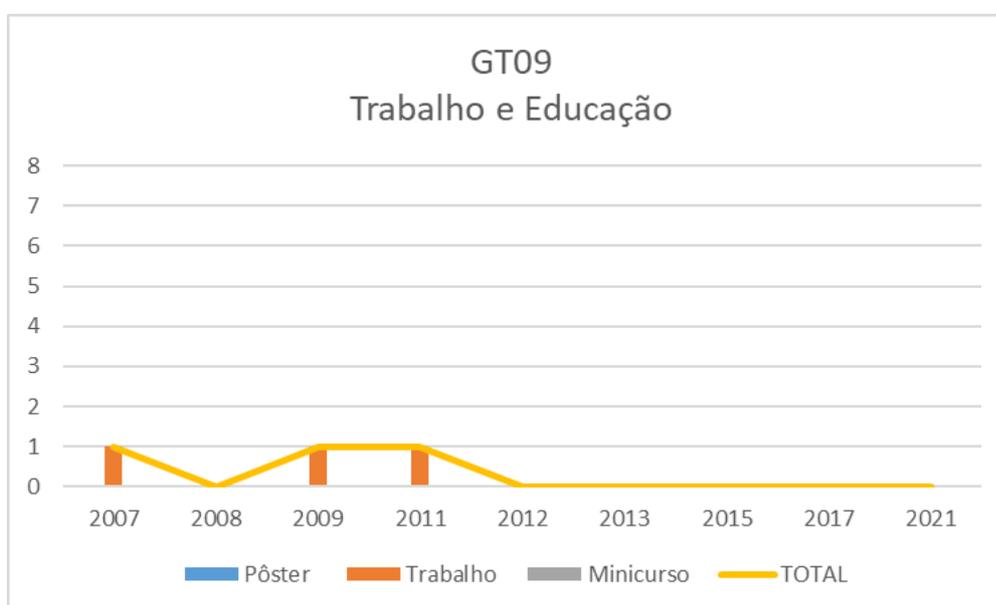


FIGURA 2 – Gráfico de produção nas reuniões da ANPEd sobre EJA-EPT no GT09

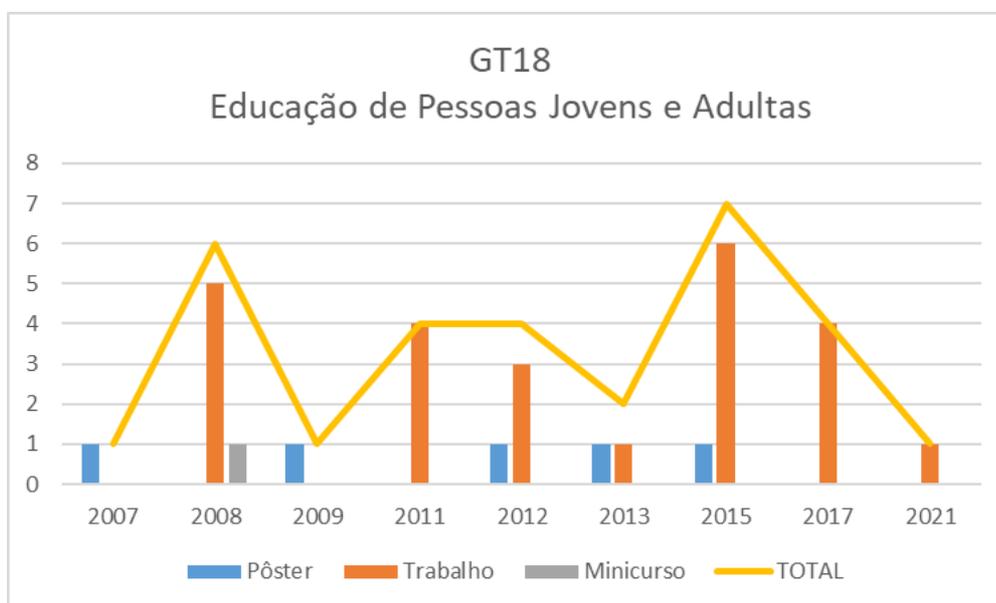


FIGURA 3 – Gráfico de produção nas reuniões da ANPEd sobre EJA-EPT no GT18

Dentro desta produção, não se localizou nenhuma que relacionasse a EJA-EPT às temáticas da Economia Solidária ou do Empreendedorismo. Além dos trabalhos relacionados acima, encontramos o pôster de SANTOS (2019), apresentado no GT09, que não tem o PROEJA como temática principal, mas o menciona junto a outros programas. Apesar de concordarmos com a autora deste quando ela, ao articular a questão do Empreendedorismo à Educação Profissional em seu contexto mais global, conclui que “a inserção do tema ‘empreendedorismo’ em programas de governos e nos cursos da Rede Federal, tem como essência a manutenção da estrutura social vigente, sob a aparência de uma formação que visa a liberdade do trabalhador” (p. 2), discordamos de sua afirmação de que “Os cursos da Rede Federal, assim como programas de governo, se dedicaram à oferecer cursos voltados para o atendimento das demandas de mão de obra das empresas, portanto, cursos afinados com o discurso da empregabilidade e do incentivo ao empreendedorismo” (p. 1), por considerarmos que se trata de uma leitura generalizante e que não leva em conta as contradições da realidade.

Vê-se que a produção nas reuniões da ANPEd sobre a EJA-EPT acompanhou o declínio quantitativo que identificamos no levantamento de teses e dissertações. Infere-se, daí, o peso que têm as políticas educacionais: quando houve maior indução governamental para a EJA-EPT foi quando houve maior produção do conhecimento sobre o tema; quando tal indução deixou de existir, houve uma queda. Esta é preocupante, uma vez que a necessidade de se pesquisar a temática da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica ainda está longe de se esgotar. Cabe ressaltar que, na contramão deste movimento de queda, há uma tentativa de setores organizados, principalmente dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de manter viva a produção sobre o tema, com a organização anual de Encontros Nacionais da EJA-EPT (PROEJA), tendo ocorrido sua quarta edição em 2021.

Afirmamos que a Economia Solidária é portadora de grande potencial à EJA-EPT que se pretenda efetivamente transformadora. No entanto, o que se observa ainda é a incipiência desta: no lugar, surge com força junto à modalidade o conceito do Empreendedorismo, associado a uma pretensa positividade. A falta de estudos e pesquisas aqui identificada demonstra que ainda se carece, no campo, de análises críticas e densas sobre os temas, que sejam capazes de desvelar a sua essência.

Cabe aqui atenção ao alerta dado por TIRIBA (2008, p. 72-73), que fala de três propostas político-pedagógicas que, de forma mistificadora, ressignificam a teoria do capital humano: a educação para a empregabilidade; a educação para o empreendedorismo; e a educação para o (falso) cooperativismo. Assim, a constituição de uma cultura do trabalho (TIRIBA, 2001, p. 343) diferente daquela que se estabeleceu sob o assalariamento não está pacífica. A natureza desta diferença encontra-se em disputa: pode-se tratar tanto de uma mudança aparente, porém mantendo-se a subalternidade através da ressignificação da lógica capitalista, quanto de uma transformação em sua essência, constituindo aquilo que TIRIBA (2008, p. 90) define como uma “cultura do trabalho de novo tipo” a qual, necessariamente, precisa romper com a lógica capitalista.

Espera-se, por fim, que esta investigação possa dar sua contribuição à retomada das discussões acerca da EJA-EPT, bem como à questão cada vez mais premente da inserção dos prismas da Economia Solidária e do Empreendedorismo dentro das instituições de Educação Profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** EJA-EPT. PROEJA. Economia Solidária. Empreendedorismo. Estudos de Revisão.

## **REFERÊNCIAS**

3º Encontro Nacional da EJA-EPT. **Mesa 3: História da EJA e da EJA-EPT (PROEJA) e seus desdobramentos em tempos de pandemia.** Youtube, 07 out. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/kGQ7PgiA4YA>. Acesso em 20 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/3wzWDGu>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/38My3cl>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/39JHCc6>. Acesso em 22 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 2006a. Disponível em: <https://bit.ly/3Ghb6dS>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. **Edital Proeja-Capes/Setec nº 03/2006**. Disponível em <https://bit.ly/3a5rwtC>. Brasília, 2006b. Acesso em 22 mai. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº11/2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3G9GBq6>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PROEJA: documento base**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3lwHEqL>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária: documento final**. Brasília, 2006c. Disponível em: <https://bit.ly/3wBRPQV>. Acesso em: 22 mai. 2022.

COAN, Marival. Educação para o Empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. **Revista Labor**, v. 1, n. 9, p. 1 – 18, 16 mar. 2017.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FRANZOI, Naira Lisboa *et al.* Escola, Saberes e Trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul. **Educação e Realidade**, v35(1), 2010.

LIMA, Aguinaldo Luiz de. **Os riscos do empreendedorismo**: a proposta de educação e formação empreendedora. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, Eliel Régis de. **PROEJA FIC Pesca**: A experiência da formação Profissional Integrada ao Ensino Fundamental pela ótica dos estudantes pescadores e demais trabalhadores. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2016.

NÓBILE, Vânia do Carmo; MOURA, Dante Henrique. A produção do conhecimento sobre o PROEJA nas teses de doutoramento (2009-2018). *In: Anais do 5º Colóquio Nacional e 2º Colóquio Internacional a Produção do Conhecimento em Educação Profissional: regressão social e resistência da classe trabalhadora*. Natal: IFRN, 2019.

SANTOS, Paula de Macedo. A “ideologia do empreendedorismo” na educação profissional. *In: Anais da 39ª Reunião Anual da ANPED – Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências*. Niterói, 2019.

SILVA, Leonardo Santos da. **Economia Solidária como Instrumento para o Desenvolvimento no PROEJA do Piauí**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.

THOMPSON, E.P. **Os Românticos**: A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho**: Pedagogia(s) da produção

associada. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação**, v. 26, n. 1, jan./jun. Florianópolis: UFSC, 2008.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 14, n. 41, p. 165-189, jul. 2014.